

O conceito de género em diversos enquadramentos teóricos

Paulo Nunes da Silva

Abstract: In the last few decades, the concept of genre has received particular attention and it has been granted a central spot both in Linguistics and in Language Didactics. It is generally defined and characterized in a consensual way, as similar criteria (numerous and heterogeneous) are applied in different disciplinary areas and theoretical models (Adam, 2001; Maingueneau, 2014). Furthermore, identical classes are set, such as novel, editorial, proceedings, PhD Dissertation, etc.). However, the Systemic-Functional Linguistics conception (Rose and Martin, 2012) discloses relevant differences. Actually, in this theoretical model, the concept of genre refers to distinct categories and, frequently, to text excerpts, and not to complete texts. Therefore, this paper is intended to present remarks on genre conceptions that are inherent in several theoretical frameworks, particularly in the Social-Historical and Dialogical Perspective (Bakhtin, 1986), Systemic-Functional Linguistics (Rose and Martin, 2012), Text Linguistics/Discourses' Textual Analysis (Adam, 2001, 2008), Discourse Analysis (Maingueneau, 2014) and Sociodiscursive Interactionism (Bronckart, 1997). Attention is focused on the criteria that are used to establish genre classification(s), according to several theoretical frameworks, and on the genre categories that are proposed.

1. Introdução

O conceito de género tem ganho, em particular ao longo das últimas três décadas, uma relevância crescente em diversos quadros teóricos e disciplinas linguísticas. Por um lado, destacam-se várias áreas de investigação que têm o texto/discurso como objeto de estudo: entre as escolas de língua inglesa, salienta-se o Inglês para Fins Específicos (Swales, 1990, 2004), os Estudos Retóricos dos Géneros (Miller, 1984, Devitt, 2004), *Writing Across the Curriculum* (Bazerman et al., 2005) e a Linguística Sistémico-Funcional/LSF (Rose e Martin, 2012); entre as de língua francesa, merecem destaque a Análise Textual dos Discursos/ATD (Adam, 2008), a escola francesa de Análise do Discurso/AD (Maingueneau, 2014), e o Interacionismo Sociodiscursivo/ISD (Bronckart, 1997, 2008). Por outro lado, essa importância tem-se refletido no aproveitamento e na aplicação deste conceito na área da Didática, em particular, na

Didática das Línguas. Nos programas de Português do ensino básico e secundário, por exemplo, tem aumentado de forma significativa o número de ocorrências da palavra “género” (Barbeiro, Caels e Quaresma, 2019) e o conceito é atualmente estruturante para a lecionação de múltiplos conteúdos (Buescu et al., 2014, 2015).

Os géneros são geralmente definidos e caracterizados de forma consensual. Em diferentes áreas disciplinares e em diversos modelos teóricos, o conceito de género assenta em critérios múltiplos e de natureza heterogénea (Petitjean, 1989; Adam, 2001; Maingueneau, 2014). Além disso, nessas conceções, estão previstas classes idênticas, como “romance”, “notícia”, “ata” e “tese de doutoramento”. Estas constatações sugerem que se trata de um conceito estabilizado, cuja definição e caracterização é consensualmente aceite.

Contudo, nem sempre as conceções acerca do género são exatamente iguais.

Ou seja, apesar de se usar a designação “género” para referir a categoria que constitui uma classe de textos, o conceito que ela denota diverge no seio de vários enquadramentos, seja de uma forma ténue ou de maneiras mais significativas. No caso específico da Linguística Sistémico-Funcional (Rose e Martin, 2012), a conceção evidencia diferenças assinaláveis; nesta perspetiva, e em comparação com outras áreas, o conceito de género remete para categorias distintas e, frequentemente, não para textos completos, mas para partes ou segmentos de textos extensos (no que se aproxima da tipologia de sequências textuais, de Adam, 1992).

Assim, um motivo plausível que justifica uma reflexão crítica sobre este conceito decorre da seguinte questão a que, afinal, nem sempre é fácil responder de forma clara, inequívoca e elucidativa: em que consiste o conceito de género?

Uma primeira resposta possível é a seguinte: um género constitui uma classe de textos¹. E esta proposta preliminar de definição revela, pelo menos, duas propriedades importantes:

– dado que a definição remete para o objeto da classificação – os textos –, os géneros são categorizações acerca de uma parcela da realidade: a totalidade dos textos orais e escritos produzidos.

¹ Além dos dois aspetos mencionados, outros poderiam, naturalmente, ser destacados. Concebe-se os textos como eventos comunicativos que assentam na linguagem verbal, ou seja, são compostos por palavras e frases próprias de uma dada língua natural; além disso, ocorrem em situações específicas, entre dois ou mais interlocutores, investidos de determinados papéis socioprofissionais (inerentes a áreas de atividades genéricas ou específicas) e que visam atingir determinados objetivos. Cada texto constitui um todo de significado (ou seja, caracteriza-se por ser coerente, para o que geralmente contribuem múltiplos mecanismos de coesão) e concretiza um ou mais atos de fala.

– uma vez que se trata de classes (categorias específicas de uma classificação), os géneros são conceptualizações, situam-se num plano abstrato, dado que não têm uma existência fisicamente apreensível. Contrastam, nesta propriedade, com os textos, que são objetos empíricos, na medida em que podem ser apreendidos pelos sentidos.

Todavia, mesmo após esta resposta preliminar acerca do que são os géneros, outras questões permanecem:

– as classificações adotadas nas diversas teorizações que privilegiam o estudo dos textos e dos géneros diferem de algum modo nas categorizações adotadas e nas classes que preveem?

– e em que se distinguem os géneros de outras categorias que designam classes de textos ou de segmentos textuais, como os tipos de texto (Werlich, 1983), os tipos de sequências textuais (Adam, 1992) ou os tipos de discurso (Maingueneau, 2014; Maingueneau e Cossuta, 1995)?

Todas as categorias elencadas constituem exemplos de classificações de textos ou de segmentos textuais. Vale a pena, por isso, refletir sobre o que é específico da(s) classificação(ões) em géneros. Em particular, justifica-se descrever os aspetos que a(s) tornam diferente de outras classificações que incidem sobre os textos e as sequências textuais.

Nesse sentido, serão explicitadas e sistematizadas diversas conceções acerca do conceito de género. Os enquadramentos teóricos sobre os quais se refletirá são os seguintes²:

² Outras perspetivas poderiam ser convocadas, em particular, o Inglês para Fins Específicos (Swales, 1990, 2004), *Writing Across the Curriculum* (Bazerman et al., 2005) e os Estudos Retóricos dos Géneros (Miller, 1984; Devitt, 2004), geralmente subsumidos na área dos *Genre Studies* (Bazerman, Bonino e Figueiredo,

- Perspetiva Sócio-Histórica e Dialógica (Bakhtin, 1986);
- Linguística Sistémico-Funcional/LSF (Rose e Martin, 2012);
- Linguística Textual/Análise Textual dos Discursos (Adam 2001, 2008);
- Análise do Discurso (Maingueneau, 2014);
- Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 1997).

A propósito de cada um dos enquadramentos, são indicados, de forma necessariamente abreviada, os critérios previstos para determinar e identificar os géneros. Além disso, sempre que for oportuno, são apresentados exemplos de classes que, nessas perspetivas, constituem géneros.

Desse modo, poderão concretizar-se dois objetivos distintos mas complementares: procurar explicitar o que aproxima e o que afasta algumas das principais áreas de investigação cujos estudos incidem preferencialmente no conceito de género e salientar a atual relevância e centralidade deste conceito, que goza de uma importância crescente em diversos domínios, nomeadamente nos programas das disciplinas de línguas.

Uma advertência, porém, deve ser preliminarmente manifestada: dada a brevidade inerente à exposição acerca de cada proposta teórica, não será possível abordar de forma desejável todos os fundamentos e conceptualizações que lhes são inerentes. O foco de atenção incidirá na sistematização dos critérios

2009). Razões que decorrem dos objetivos inerentes a esta reflexão (originalmente concebida sob a forma de comunicação num evento cujos participantes se situam em áreas de investigação em que predominam as escolas de língua francesa) e da falta de espaço inviabilizam a sua abordagem neste artigo.

subjacentes a cada proposta e nas classes que elas preveem.

2. Perspetiva Sócio-Histórica e Dialógica (Bakhtin, 1986)

As reflexões de Bakhtin (1986) foram precursoras na teorização sobre a relevância dos géneros, quer no âmbito da literatura, quer no seio de disciplinas e teorizações linguísticas que se focam preferencialmente no texto. Entre as suas múltiplas propostas, é destacada, neste artigo, a que incide sobre os critérios que permitem identificar e caracterizar os géneros. Outros aspetos centrais do seu pensamento não são, portanto, contemplados.

No início do ensaio cuja tradução em inglês é “The problem of speech genres”, Bakhtin (1986: 60) refere que a linguagem verbal é usada em todas as áreas de atividade humana. Vale a pena retomar a versão traduzida em inglês:

All the diverse areas of human activity involve the use of language. Quite understandably, the nature and forms of this use are just as diverse as are the areas of human activity. [...] Language is realized in the form of individual concrete utterances (oral and written) by participants in the **various areas of human activity**. These utterances reflect the specific conditions and goals of each such area not only through their content (thematic) and linguistic style, that is, the selection of the lexical, phraseological, and grammatical resources of the language, but above all through their compositional structure. All three of these aspects – **thematic content, style, and compositional structure** – are inseparably linked to the *whole* of the utterance and are equally deter-

mined by the specific nature of the particular sphere of communication. Each separate utterance is individual, of course, but each sphere in which language is used develops its own *relatively stable types* of these utterances. These we may call *speech genres*.

Bakhtin (1986: 60)

(os destaques em itálico ocorrem na versão traduzida; os destaques em negrito são da nossa responsabilidade)

De acordo com o autor, em diferentes áreas de atividade humana (ou áreas de atividade socioprofissional), são adotados diferentes usos da linguagem. Essa diversidade de usos concretiza-se em «speech genres», definidos como «relatively stable types of [...] utterances».

E Bakhtin explicita três critérios que podem ser usados para identificar, caracterizar e distinguir os géneros:

- o tema: os tipos conteúdos que mais frequentemente ocorrem em textos de um dado género;
- a composição: a estrutura ou organização dos conteúdos tipicamente adotada em textos de um determinado género;
- o estilo: que se concretiza nos mecanismos lexicais e gramaticais geralmente atestados nos textos de cada género.

Salienta, portanto, que os géneros emergem em áreas de atividade específicas, reconhecendo, desse modo, que cada área condiciona decisivamente os géneros de que os seus membros se servem para comunicar. Assim, parece ser legítimo argumentar que convoca um critério situacional ou externo para distinguir géneros ou, mais precisamente, grupos de géneros usados em diferentes áreas de atividade socioprofissional.

Porém, quando procura explicitar os critérios que permitem identificar os

géneros, destaca o tema, o estilo e a composição inerentes aos textos de cada classe. Embora reafirme que cada género emerge e é usado no seio de um grupo de indivíduos que se dedica a uma área de atividade (sublinhando que há condicionalismos situacionais ou externos aos textos), o autor parece privilegiar critérios textuais ou internos para caracterizar e distinguir os géneros. Ou, em alternativa, pode dizer-se que, em primeiro lugar, aponta um critério externo para demarcar diversas áreas de atividade em que os géneros são usados e, depois, no âmbito de cada uma dessas áreas, propõe que os géneros sejam delimitados com base em três critérios internos.

3. Linguística Sistémico-Funcional/LSF (Rose e Martin, 2012)

A conceção dos géneros no âmbito da LSF, embora se baseie em alguns princípios semelhantes aos de outras propostas teóricas, difere consideravelmente no que diz respeito a, pelo menos, dois aspetos: na elaboração da classificação, dado que se considera apenas dois critérios e eles aplicam-se a todas as classes; e nas categorias que são consideradas géneros.

Quanto aos pressupostos comuns a outras teorizações, no âmbito da escola Sydney, a linguagem é perspectivada como uma forma de socialização: ela exerce um papel decisivo no modo como os indivíduos se integram socialmente e concretizam ações em determinados contextos (Bawarshi e Reiff, 2010: 30). Acresce que partilha com outros enquadramentos o facto de reconhecer que os géneros emergem e são usados em áreas de atividade específicas, uma ideia que é consensual entre as principais teorizações atualmente disponíveis.

Relativamente aos critérios previstos para identificar os géneros, são adotados apenas dois, os quais são sempre aplicados a todas as classes: o objetivo sociocomunicativo e a estruturação dos textos. Estes critérios encontram-se inter-relacionados, na medida em que o objetivo sociocomunicativo que o autor pretende atingir condiciona decisivamente a estruturação do texto produzido.

A tabela n.º 1 sistematiza as famílias de géneros e os géneros previstos na proposta de Rose e Martin (2012)³, explicitando os respetivos objetivos sociocomunicativos⁴ e a estruturação por etapas.

Tabela n.º 1 – Objetivos sociocomunicativos e etapas dos géneros, segundo Rose e Martin (2012)

Família de géneros	Género	Objetivo sociocomunicativo	Estruturação (etapas ou fases)
Histórias	Relato	Relatar eventos	Orientação Lista de eventos
	Narrativa	Resolver uma complicação	Orientação Complicação Avaliação Resolução
	Exemplum	Apreciar/ajuizar comportamentos (complicação não resolvida)	Orientação Complicação Avaliação
	Episódio	Partilhar emoções (complicação não resolvida)	Orientação Complicação Avaliação
	Notícia jornalística	Relatar eventos, apresentando diferentes ângulos sobre os mesmos	Lead Ângulos
Estruturações históricas	Relato autobiográfico	Relatar etapas da minha vida	Orientação Etapas
	Relato biográfico	Relatar etapas da vida de outra pessoa	Orientação Etapas
	Relato histórico	Relatar etapas na história	Background Etapas
Explicações	Explicação sequencial	Explicar uma sequência de eventos	Fenómeno Explicação
	Explicação fatorial	Explicar causas múltiplas para uma consequência	Fenómeno Explicação
	Explicação consequencial	Explicar consequências várias de uma causa	Fenómeno Explicação
Procedimentos	Instrução	Como fazer uma atividade (algoritmo, receita, experiência, montagem e equipamentos)	Objetivo Equipamento Passos
	Relato de procedimento	Relatar como se fez uma atividade (relatório de um trabalho experimental)	Objetivo Método Resultados
	Protocolo	O que fazer e o que não fazer (regras, avisos, leis)	Lista
Argumentos	Exposição	Defender um ponto de vista	Tese Argumentos Reiteração da tese
	Discussão	Discutir/debater dois ou mais pontos de vista	Questão Lados Resolução
Reações a textos	Opinião	Expressar sentimentos acerca de um texto	Avaliação Reação
	Resenha	Avaliar um texto verbal, visual ou musical	Contexto Descrição do texto Avaliação
	Interpretação	Interpretar a mensagem de um texto	Avaliação Descrição do texto Reafirmação

Fonte: tradução e adaptação portuguesa (projeto TEL4ELE; cf. Gouveia, 2014) da grelha de Rose e Martin (2012: 112)

³ No seio da LSF, os géneros e as famílias de géneros, ancoram-se numa complexa teorização, que contempla conceitos diversos, entre os quais se destacam os de registo, campo, modo e relações. Por não se enquadrarem nos objetivos do presente artigo, não serão explicitados.

⁴ Nesta perspetiva, há três objetivos gerais inerentes às famílias de géneros: envolver, informar e avaliar. Assim, o objetivo sociocomunicativo específico de cada género articula-se com um desses três objetivos gerais. Envolver é um objetivo geral que subjaz a géneros como o relato, a narrativa e o episódio. Informar está associado a géneros como a explicação fatorial, a instrução e o protocolo. Por fim, avaliar relaciona-se com a exposição, a discussão e a opinião, entre outros.

Nesta conceção, cada género define-se e caracteriza-se, portanto, pelo seu objetivo sociocomunicativo e pela sua estruturação. Acresce que cada género se insere, juntamente com outros, numa família de géneros.

Algumas classes previstas na classificação são também consideradas géneros no seio de outras disciplinas e teorizações. Encontram-se neste caso, por exemplo, os géneros “notícia jornalística”, “relato (auto)biográfico” ou “protocolo”.

Todavia, classes como “narrativa”, “exposição” e “explicação (sequencial, fatorial ou consequencial)” correspondem a (ou aproximam-se do que), noutras abordagens, se considera ser tipos de textos (Werlich, 1983) ou tipos de sequências textuais (Adam, 1992). Há também categorias que, fora do âmbito da LSF, aparentemente não são consideradas géneros, como “discussão”, “opinião” ou “interpretação”.

Desta proposta, destacam-se, então, três ideias centrais. Por um lado, trata-se de uma classificação erudita (Chiss e Filliolet, 1987⁵), na medida em que resulta de uma proposta de especialistas (e não de categorias e etiquetas geradas “espontaneamente” e estabilizadas no seio de um grupo socioprofissional ao longo de um período de tempo indeterminado). A discriminação das classes, algumas das etiquetas que as referem – como “explicação consequencial” e “relato de procedimento”, por exemplo –, assim como os objetivos sociocomunicativos e as etapas que são específicos

de cada género resultam de uma proposta elaborada pelos autores que conceberam a classificação. Como se verá adiante, no caso das classificações ditas populares (Chiss e Filliolet, 1987), as classes e as respetivas etiquetas são geradas e circulam entre os membros das comunidades discursivas em que os géneros são usados (e esses membros não são especialistas nos estudos sobre os géneros).

Dado que a classificação em géneros adotada no seio da LSF é erudita, ela também se caracteriza por ser fechada, ou seja, prevê um número determinado e restrito de classes. Nesse sentido, o conjunto das classes indicadas é suscetível de não ser alterado ou de acolher apenas alterações escassas, que decorrem da evolução das reflexões dos autores que a propuseram ou de outros investigadores que sobre ela refletem e introduzem modificações. Por outras palavras, eventuais mudanças que ocorram na classificação (pela adição ou supressão de classes) não são o resultado “espontâneo” das dinâmicas sociais de que procedem mudanças nas práticas discursivas, mas de uma proposta teórica assente em pesquisas e reflexões dos especialistas em géneros.

Por fim, as categorias e as respetivas etiquetas que, nesta proposta, são consideradas géneros diferem substancialmente das categorias que são contempladas noutros posicionamentos teóricos: o romance, a ata e a tese de doutoramento, por exemplo, não são considerados géneros; trata-se de categorias que integram partes ou fases dos géneros, tal como são concebidos no âmbito da LSF.

Um outro ponto relevante é o que diz respeito ao facto de as famílias de géneros constituírem categorias que parecem manifestar semelhanças com os chamados tipos de texto e com os tipos de se-

⁵ Segundo estes autores, pode-se distinguir classificações eruditas (as que são propostas por especialistas na área do conhecimento em que emerge a classificação) de classificações populares (as que são assistemáticas, dado que integram classes cujas designações e conceptualizações surgem “espontaneamente” nas áreas de atividade em que são usadas).

quências textuais⁶. O quadro n.º 2 procura refletir essas semelhanças.

Tabela n.º 2 – Famílias de géneros (Rose e Martin, 2012), tipos de texto (Werlich, 1983) e tipos de sequências textuais (Adam, 1992)

Linguística Sistémico-Funcional (Rose e Martin, 2012)	Gramática textual (Werlich, 1983)	Linguística textual (Adam, 1992)
Famílias de géneros	Tipos de textos	Tipos de sequências textuais (monogeradas)
Histórias	Narrativo	Narrativo
Estruturações históricas		
Relatórios	Descritivo	Descritivo
Procedimentos	Instrucional	
Argumentos	Argumentativo	Argumentativo
Reações a textos		
Explicações	Expositivo	Explicativo

Fonte: autor

Parece ser possível estabelecer uma correspondência que, não sendo perfeita, é bastante aproximada, entre os cinco tipos de texto sugeridos por Werlich na sua gramática textual e as diversas famílias de géneros propostas no âmbito da LSF. E o mesmo raciocínio parece ser válido se, em vez dos tipos de texto, se considerar os quatro tipos de sequências textuais monogeradas da proposta de Adam (1992). Relativamente a este ponto, merece ser sublinhado que as três classificações⁷ – em géneros, da LSF,

em tipos de texto, de Werlich (1983), e em tipos de sequências textuais, de Adam (1992) –, têm em comum a propriedade de serem eruditas e fechadas.

Em suma, a conceção dos géneros na LSF aproxima-se de outras perspetivas acerca destas classes, na medida em que considera central a situação em que os géneros são usados, os objetivos que visam atingir e a estruturação típica dos textos de um dado género. Combina, portanto, dois critérios de natureza heterogénea, ou seja, que dizem respeito a dimensões diferentes: um critério externo e um critério interno (Petitjean, 1989; Adam, 2001; Maingueneau, 2014).

Afasta-se, porém, de outras conceções (como as do Interacionismo Sociodiscursivo, da Análise Textual dos Discursos e da escola francesa de Análise do Discurso), dado que contempla classes muito diferentes; por exemplo, não considera que a tese de doutoramento, a ata ou o romance são géneros. Tal fica a dever-se à opção de adotar uma classificação erudita e fechada, em contraste com uma classificação dos géneros popular e aberta, que é assumida em diversas outras teorizações.

Nesse sentido, os géneros da LSF parecem assemelhar-se a subclasses de tipos de texto (Werlich, 1983) ou, mais precisamente, a subclasses de tipos de sequências textuais monogeradas (Adam, 1992), porquanto cada texto pode ser perspetivado como sendo composto por um ou mais excertos de géneros distintos.

⁶ Todavia, deve ser salientada uma diferença conceptual relevante: a tipologia de sequências textuais (Adam, 1992) incide em segmentos de extensão geralmente inferior à de um texto completo.

⁷ Neste artigo, usa-se a designação genérica de “classificação” para referir quer as classifica-

ções, quer as tipologias. Para uma reflexão acerca da distinção entre os conceitos de “classificação” e de “tipologia”, cf. Silva (2012: 34-39).

4. Análise Textual dos Discursos/ATD (Adam 2001, 2008)

As propostas de Adam (2001, 2008) e de Adam e Heidmann (2007) acerca dos géneros são tributárias da conceção de Bakhtin (1986). Depois de ter teorizado acerca das sequências textuais (tendo proposto uma tipologia que é frequentemente referida e adotada em Linguística e em Didática das Línguas), Adam tem reservado um lugar central aos géneros nas suas propostas e reflexões. Nesse sentido, é significativo que Adam se situava inicialmente no âmbito da disciplina conhecida como “Linguística Textual” e que, mais recentemente, a partir de Adam (2008), tenha proposto que a sua teorização se inserisse na “Análise Textual dos Discursos”. Esta alteração é sintomática, na medida em que revela a transição de uma disciplina em que se privilegia a abordagem textual para uma teorização em que se com-

bina a abordagem textual com a discursiva.

Adam refere-se preferencialmente aos géneros usando as designações “genres” e “genres de discours”. Considera, tal como Bakhtin (1986), que os géneros são usados em áreas de atividades específicas, ou seja, que se inserem em contextos sócio-históricos precisos:

Quand on dit discours publicitaire ou politique, on signifie des pratiques discursives propres à une formation sociodiscursif, pratiques qui prennent la forme de divers genres du discours journalistique, des genres du discours politique, des genres littéraires, etc.

Adam (1999: 85)

Segundo este autor (Adam, 2001: 40-41), as propriedades que permitem identificar e distinguir os géneros inserem-se em 8 componentes diferentes.

Tabela n.º 3 – Componentes em que se inserem as propriedades dos géneros, segundo Adam (2001)

Componentes em que se inserem as propriedades dos géneros (Adam, 2001: 40-41)
Enunciativa
Pragmática
Semântica
Composicional
Estilístico-fraseológica
Material
Peritextual
Metatextual

Fonte: autor

Por fim, em certas áreas de atividade, são importantes as reflexões acerca dos géneros usados no seu seio. A componente metaxtual inclui os critérios que se relacionam com o discurso sobre o género no âmbito dessas formações sociodiscursivas. Na literatura e nos estudos literários, no jornalismo e no meio académico e científico, por exemplo, tais reflexões são comuns. Acresce que muitos textos explicitam a etiqueta do género em que se inserem: *Contos Exemplares*, de Sophia de Mello Breyner, ou *Novelas do Minho*, de Camilo Castelo Branco, por exemplo. Mas isso também se verifica em textos dos géneros tese de doutoramento e dissertação de mestrado (no discurso académico), ata, decreto-lei e despacho (no discurso administrativo), entre inúmeros outros exemplos⁸.

Deste modo, sublinha-se a conceção dos géneros segundo a qual se trata de classes de textos identificáveis com base em critérios múltiplos e de natureza heterogénea.

Na sua conceção, as propriedades que são relevantes para identificar e caracterizar um dado género não são necessariamente as mesmas propriedades que são pertinentes para identificar e caracterizar um outro género (trata-se de um aspeto que distingue claramente esta classificação em géneros da classificação proposta na LSF: nessa teorização, identifica-se todos os géneros com base nos mesmos dois critérios: objetivo sociocomunicativo e estruturação em etapas ou fases). Acresce que as propriedades relevantes dizem respeito a dimensões externas e internas aos textos. Isso indicia que cada género é identificável e definível recorrendo, simultânea e inevitavelmente, a propriedades situacionais e textuais.

Por outro lado, em contraste com o que foi referido acerca da classificação em géneros proposta no seio da LSF, a classificação

em géneros adotada por Adam é simultaneamente popular e aberta. É uma classificação popular no sentido em que emerge “espontaneamente” no seio das formações sociodiscursivas em que os géneros são usados (Chiss e Filliolet, 1987). E trata-se de uma classificação aberta dado que é sempre possível que sejam gerados novos géneros; em rigor, é o que tem sucedido nas últimas décadas, em particular com os desenvolvimentos tecnológicos, como se comprova com a emergência de classes como o debate televisivo, a mensagem de correio eletrónico, o sms e o blogue, entre muitos outros exemplos possíveis.

Ver-se-á, a seguir, que estas propriedades dos géneros também são globalmente assumidas no seio de outras escolas de língua francesa, nomeadamente na Análise do Discurso (Maingueneau, 2014).

5. Escola francesa de Análise do Discurso/AD (Maingueneau, 2014)

A conceção de Maingueneau (2014) acerca dos géneros é muito semelhante à de Adam (1992). De acordo com aquele autor, que se situa na área da (escola francesa da) Análise do Discurso, há também diversos fatores que condicionam a emergência de cada género.

Segundo esta perspetiva, os géneros enraízam-se em tipos de discurso (jornalístico, político, jurídico, académico, etc.), ou seja, são produzidos no seio de formações sociodiscursivas que desempenham atividades em determinadas áreas e que visam objetivos sociocomunicativos semelhantes. Maingueneau (2014: 65) sublinha, do seguinte modo, a reciprocidade entre os conceitos de tipo de discurso e de género: “tout type est un réseau de genres; tout genre est rapporté a un type”.

Nesta conceção, para que os textos de um dado género ocorram de forma adequada, eles devem cumprir diversos requisitos ou normas constitutivas (que podem ser pers-

⁸ Para uma explicitação mais detalhada acerca do que se prevê em cada componente proposta por Adam (2001), cf. Silva (2015: 22-29).

petivados como critérios de identificação e caracterização).

Tabela n.º 4 – Normas constitutivas da cena genérica (Maingueneau, 2014) e componentes em que se inserem as propriedades dos géneros (Adam, 2001)

Maingueneau (2014: 127-129)	Adam (2001: 40-41)
Normas constitutivas da cena genérica	Componentes em que se inserem as propriedades dos géneros
Papéis dos interlocutores	Componente enunciativa
Lugar adequado	
Modo de inscrição na temporalidade	
Finalidade(s)	Componente pragmática
Composição	Componente composicional
–	Componente semântica
Uso específico dos recursos linguísticos	Componente estilístico-fraseológica
Suporte (e modo de circulação)	Componente material
–	Componente peritextual
–	Componente metatextual

Fonte: autor

As diferenças entre as duas propostas não são particularmente relevantes. Em particular, não fazem os autores divergir de forma significativa, embora espelhem o facto de se situarem em disciplinas e áreas de investigação distintas, pelo facto de um e outro autor incluírem normas ou componentes mais genéricas ou mais específicas.

O quadro projetado compara as normas propostas por Maingueneau (2014) com as componentes previstas por Adam (2001).

No âmbito da Análise do Discurso, relaciona-se os textos com os lugares sociais em que eles emergem e circulam (Mainguene-

au, 2014: 43), o que se traduz em apresentar de forma mais pormenorizada os aspetos relativos à situação de comunicação (papéis socioprofissionais dos interlocutores, lugar adequado e modo de inscrição no tempo do texto de cada género); Adam engloba estes aspetos numa única componente: a componente enunciativa.

No seio da Análise Textual dos Discursos (que tem origem na Linguística Textual, a qual procura descrever e sistematizar os processos de organização global dos textos), confere-se mais relevância a componentes internas aos textos. Por isso, na explicitação das componentes em que se inserem os critérios que permitem identificar

os géneros, abundam as componentes internas.

6. Interacionismo Sociodiscursivo/ISD (Bronckart, 1997)

Nesta teorização, os géneros são concebidos como produtos das atividades sociais e como ferramentas indispensáveis à concretização de ações de linguagem e à participação dos indivíduos em diferentes atividades sociais (Bawarshi e Reiff, 2010: 75).

Também no âmbito do ISD se considera que os géneros emergem e são usados no seio de formações sociodiscursivas específicas. Assim, cada género reflete e é inevitavelmente condicionado por fatores situacionais ou externos, como a área de atividade em que os textos são produzidos e os objetivos que se pretende atingir⁹.

Segundo Bronckart (1997: 137-138),

[...] les textes [constituent] des produits de l'activité langagière en permanence à l'oeuvre dans les formations sociales; en fonction de leurs objectifs, intérêts et enjeux spécifiques, ces formations élaborent différentes sortes de textes, qui présentent chacune des caractéristiques relativement stables (justifiant qu'on les qualifie de **genres de texte**), et qui restent disponibles” dans l'inter-

⁹ No âmbito do ISD, parece dar-se primazia, não tanto aos géneros, mas às categorias que constituem mundos discursivos (ou tipos enunciativos). Essa tipologia aprofunda a oposição de Benveniste (1966) entre “discurso” e “história” (Bronckart, 1997: 151) e baseia-se em dois critérios, prevendo apenas quatro tipos: discurso interativo, discurso teórico, relato interativo e narração (Bronckart, 1997: 159). Em contraste com a classificação em géneros adotada no ISD, na ATD e na AD, a classificação em mundos discursivos é simultaneamente erudita e fechada. De qualquer modo, os investigadores do ISD que teorizam e pesquisam na área da didática assumem o conceito de género como sendo central (cf., a título de exemplo, Schneuwly e Dolz, 2004; Dolz e Gagnon, 2008).

texte, à titre de modèles indexés, pour les contemporains et pour tes générations ultérieures.

Numa outra publicação (Bronckart, 2008: 86), o mesmo autor refere que os géneros constituem “des formes textuelles standards momentanément stabilisées par l'usage”. A sua conceção e categorização dependem das escolhas dos indivíduos que se inserem em formações sociodiscursivas específicas no seio das quais os textos concretizam atividades de linguagem que visam atingir os objetivos inerentes a essas formações. Desse modo, «tout nouveau texte empirique [est] donc nécessairement construit sur le modèle d'un genre», (Bronckart, 1997: 138).

Pode dizer-se, portanto, que o ISD, a Análise Textual dos Discursos e a escola francesa de Análise do Discurso partilham *grosso modo* múltiplos aspetos centrais relativos à classificação em géneros, dos quais interessa destacar os dois seguintes:

- assumem que os critérios que permitem identificar os géneros são múltiplos e de natureza heterogénea;
- reconhecem basicamente as mesmas categorias genéricas (ata, romance e tese de doutoramento, por exemplo).

Ou seja, em todos os casos se assume que a classificação em géneros é aberta¹⁰ e popular (Chiss e Filliolet, 1987). Todavia, apresentam algumas diferenças em filigrana, sobretudo quando se convoca a oposição discursivo-textual, distinção metodológica frequentemente adotada nas escolas de língua francesa. Segundo esta oposição, perspetiva-se o mesmo objeto verbal destacando o que é situacional (ou externo) ou o que é exclusivamente textual (ou interno).

¹⁰ Em relação com esta característica, Bronckart (1997: 128) refere que os géneros «sont organisés en nébuleuses, aux frontières floues et mouvantes, et ne peuvent en conséquence faire l'objet d'un classement définitif» (o destaque em itálico é da nossa responsabilidade).

Assim, numa perspetiva discursiva, foca-se a atenção na situação em que o texto emerge, considerando-se tudo o que, sendo exterior ao texto, o condiciona e nele se reflete inevitavelmente – como a área de atividade socioprofissional em que é produzido, os papéis socioprofissionais dos interlocutores, os objetivos que pretendem atingir, etc. Numa perspetiva textual, considera-se preferencialmente os mecanismos linguísticos que permitem que o texto seja interpretado como um todo de significado, um objeto verbal coeso e coerente. Dito de outro modo, procura-se abstrair o texto da situação comunicativa em que ele foi produzido.

A distinção merece ser convocada porque, nas escolas de língua francesa, pode ser estabelecida uma distinção entre géneros discursivos e géneros textuais. Em Miranda (2010), reflete-se sobre esta conceptualização, visando esclarecer a especial complexidade que ela envolve. Distingue-se diversas categorias:

Segundo a autora,

é possível observar os autores que, na esteira de Bakhtin, utilizam a forma ‘**géneros do discurso**’ – eventualmente transformada em ‘géneros de discurso’ –, colocam o acento no acto e utilização da língua numa determinada prática social. [...]

Já os autores que utilizam a forma ‘**géneros de texto**’, sem descurar a relação dos textos com as circunstâncias em que são produzidos e/ou interpretados, põem o foco no facto de o género ser uma categoria que diz respeito aos diferentes formatos textuais, que moldam ou organizam a utilização da língua [...]

Miranda (2010: 89-90)

Nas suas reflexões, introduz ainda uma categoria acrescida – a de géneros de enunciado:

Os **géneros de texto** são aquelas formatações que funcionam de forma autónoma na comunicação, enquanto que reservamos a noção de **géneros de enunciado** para dar conta das construções verbais que, apresentando também uma certa estabilidade reconhecível, carecem da auto-suficiência associada à unidade *texto*. [...] A forma **géneros do discurso** pode corresponder a qualquer uma das outras duas, na medida em que se refere a configurações relativamente estáveis da língua em (discu)u(r)so.

Miranda (2010: 92)

Assim, nesta conceção, podem ser usadas três designações: géneros do discurso (ou géneros discursivos)¹¹, géneros de texto (ou géneros textuais) e géneros de enunciado¹².

As categorias não se opõem de forma discreta; trata-se de conceitos que se articulam hierarquicamente: todos os géneros são géneros do discurso. Entre eles, alguns são géneros de texto, porque incluem propriedades específicas quanto à formatação textual. E, entre os géneros de texto, alguns são géneros de enunciado, como os títulos das notícias, de livros e de artigos científicos, ou os *slogans* e palavras de ordem. Dito de outro modo, todos os géneros de enunciado e todos os géneros de texto são também géneros do discurso.

¹¹ É referida ainda a designação “géneros de discurso”.

¹² Miranda (2010: 91) alerta para o facto de os géneros de enunciado serem equivalentes ao que Rastier (1989, 2001) considera serem géneros incluídos. Porém, deve ser sublinhado que todos os géneros de enunciado correspondem a géneros incluídos. Mas o inverso não é verdadeiro: nem todos os géneros incluídos são géneros de enunciado; a introdução ou as conclusões de um artigo científico podem ser perspetivados como géneros incluídos, mas não como géneros de enunciado.

7. Discussão

Os enquadramentos mencionados partilham uma conceção segundo a qual os géneros são categorias que emergem em situações específicas – ou em áreas de atividades/formações sociodiscursivas particulares. Também se assemelham no facto de assumirem que, para a identificação e a caracterização dos géneros, concorrem propriedades externas (ou situacionais) e internas (ou textuais) – mesmo a LSF, que combina dois critérios: o objetivo socio-comunicativo e a estrutura ou organização dos textos em fases ou etapas.

Há diferenças, porém, sobretudo entre a LSF e os restantes quadros, pelo facto de, na Escola de Sydney, se adotar uma classificação em géneros erudita e fechada, em contraste com a classificação em géneros popular e aberta, muito mais generalizada entre as teorizações consideradas (e também no âmbito do ensino). Esta distinção reflete-se em diferenças significativas nas categorias que se considera serem géneros.

No seio dos restantes quadros teóricos (ATD, AD e ISD), também há algumas diferenças, ainda que possam ser menos evidentes, pois as classes geralmente consideradas como sendo géneros são semelhantes (ata, romance, tese de doutoramento, etc.). E essas diferenças ficam ocultas quando os autores usam a designação “género”.

Porém, merece ser sublinhado que Bronckart usa preferencialmente as designações de “genre” e de “genres de texte” (ou “genre textuels”), enquanto Adam e Maingueneau adotam geralmente as designações de “genre” e de “genre de discours”¹³.

A justificação decorre do que é referido por Pita (2016: 24):

Alguns [autores] recuperam a denominação bakhtiniana e falam de **géneros do discurso**, como Maingueneau e Adam, porque consideram que os géneros constituem modelos de comunicação definidos pelo contexto sócio-histórico; outros optam pela terminologia **géneros de textos**, como Bronckart, porque entendem que estes correspondem aos processos de escolhas usados na construção de textos dependentes da prática social.

(o destaque em negrito é da nossa responsabilidade)

Então, parece ser consensual que os géneros são classes de textos que se identificam, caracterizam e distinguem com base em critérios múltiplos e heterogéneos:

– há diversos critérios que permitem inserir um dado texto na classe do género romance, ou notícia, ou ata;

– esses critérios dizem respeito a dimensões ou componentes diferentes (umas externas ou situacionais e outras internas ou textuais).

No seio da LSF, são considerados apenas dois critérios: o objetivo sociocomunicativo e a estruturação (por etapas ou fases) dos textos; no âmbito de outras teorizações (cf. Adam, 2001; Maingueneau, 2014), são múltiplos os critérios contemplados.

Vale a pena sistematizar também o que aproxima e o que distingue as classificações em géneros previamente explicitadas e outras classificações textuais (ou de sequências textuais). A conceção da LSF apresenta semelhanças com a tipologia de tipos de textos de Werlich (1983) e com a tipologia de sequências textuais de Adam (1992). Em todos os casos, trata-se de classificações fechadas, nas quais o número de classes é restrito e relativamente reduzido (em comparação com o número finito mas indeterminado de classes da classificação em géneros adotada noutras propostas teó-

¹³ O autor também usa “genres du discours” (Adam, 1999) e “genres discursifs” (Adam, 1997). Em Adam (2016), apenas utiliza a designação “genre”.

ricas). Acresce que parece haver uma correspondência (ainda que não seja perfeita) entre os cinco tipos de textos considerados por Werlich (1983), os quatro tipos sequenciais monogerados contemplados por Adam (1992) e as famílias de géneros propostas por Rose e Martin (2012). Assim, nestes três casos, o processo de categorização da realidade que é objeto de classificação evidencia semelhanças.

Segundo Petitjean (1989), as tipologias de Werlich (1983) e de Adam (1992) baseiam-se num critério único: os mecanismos cognitivos (pré-textuais) subjacentes à produção verbal. Porém, deve ser sublinhado que Adam (1992) convoca um outro critério, de natureza enunciativa, para distinguir sequências que podem ser monogeradas (narrativas, descritivas, argumentativas e explicativas) de sequências necessariamente poligeradas (as sequências dialógicas). Deste modo, a tipologia de Adam (1992) assenta em mais do que um critério.

E pode-se questionar se, quer em Werlich (1983), quer em Adam (1992), não há outro(s) critério(s) camuflado(s) que sustenta(m) as respetivas propostas. Para detetar os mecanismos cognitivos subjacentes aos textos, eles têm de se manifestar na sua superfície, através de mecanismos linguísticos, o que é reconhecido por Petitjean (1989: 87): “chacun de ces ‘foyers conceptuels’ se manifeste par des marques linguistiques de surface”. Nesse sentido, talvez se possa defender, afinal, que nenhuma das tipologias assenta exclusivamente num único critério.

Se as tipologias de Werlich (1983) e de Adam (1992) evidenciam semelhanças com a classificação em géneros da LSF, elas distinguem-se claramente da classificação em géneros adotada noutras teorizações e áreas disciplinares, precisamente porque preveem um número restrito e fe-

chado de tipos¹⁴, o que parece decorrer também do(s) critério(s) adotado(s) nas suas conceções. De um ponto de vista do processo de categorização, é provavelmente a multiplicidade de critérios heterogêneos que permite explicar por que motivo a classificação em géneros adotada nas escolas francesas integra um número tão elevado de classes.

Por fim, quanto à classificação em tipos de discurso (Maingueneau, 2014), as classes baseiam-se num único critério de natureza socioprofissional, que depende da área de atividade no seio da qual os textos são produzidos. Maingueneau (2014: 64) sublinha que os tipos de discurso são unidades não tópicas, ou seja, constituem constructos teóricos delimitados pelos pesquisadores. Não se trata, portanto, de categorias pré-delimitadas pelas atividades sociais e pelas práticas discursivas (como sucede com os géneros, pelo menos com os mais convencionais). A mesma ideia é válida, aliás, para os conceitos de área de atividade socioprofissional e de formação sociodiscursiva, os quais são indispensáveis para a definição e a compreensão dos tipos de discurso.

De acordo com esta conceção, geralmente adotada nas escolas de língua francesa, em cada tipo de discurso, está disponível um conjunto mais ou menos numeroso de géneros que servem a missão e os objetivos específicos dos membros dessa formação sociodiscursiva. Por exemplo, no âmbito do jornalismo, os indivíduos dispõem de géneros como a notícia, o editorial, a reportagem e a entrevista, entre outros. O mesmo raciocínio é válido para áreas de atividade como a política, a justiça, a administração pública, a ciência e o ensino, a literatura, a publicidade, etc. Ou seja, cada tipo de discurso (jornalístico, político, ci-

¹⁴ Recorde-se, de igual modo, que a tipologia de sequências textuais (Adam, 1992) apresenta a singularidade de incidir em segmentos de extensão geralmente inferior aos textos completos.

entífico, religioso, etc.) integra-se no nível hierarquicamente superior, e inclui um conjunto finito (mas possivelmente indeterminado) de géneros, que se inserem no nível inferior.

Tendo-se sistematizado algumas relações identificáveis entre diversas classificações textuais e sequenciais, na secção seguinte, serão sistematizadas as principais ideias a reter desta exposição.

8. Conclusões

Na introdução do artigo, assumiu-se que os géneros constituem classes de textos. Ou seja, são unidades do plano conceptual que constituem modelos dos textos (unidades do plano empírico). Foram, então, formuladas duas questões, que são agora retomadas. A primeira é a seguinte:

– as classificações adotadas nas diversas teorizações que privilegiam o estudo dos textos e dos géneros diferem de algum modo nas categorizações adotadas e nas classes que preveem?

De facto, entre as principais teorizações e áreas disciplinares da Linguística que incidem preferencialmente a atenção no texto, há duas conceções distintas acerca dos géneros:

i) a da LSF, segundo a qual a classificação em géneros é erudita e fechada, e cujas classes evidenciam semelhanças com a classificação de tipos de textos (Werlich, 1983) e com a classificação de sequências textuais (Adam, 1992);

ii) a de outros enquadramentos teóricos e áreas de investigação (entre os quais avultam diversas escolas de língua francesa e de língua inglesa), de acordo com a qual a classificação em géneros é popular e aberta.

Deste modo, usa-se a mesma designação (“géneros”) para referir dois processos de categorização distintos. E isso reflete-se nas classes previstas em cada conceção: no

número, na conceptualização e nas designações.

Além disso, a classificação em géneros tributária da LSF aplica sempre os mesmos dois critérios a todas as classes previstas: um externo (o objetivo sociocomunicativos) e outro interno (a estruturação por fases ou etapas). Na outra conceção (da ATD, da AD e do ISD), os géneros identificam-se, definem-se e distinguem-se com base em múltiplos critérios (tanto externos, como internos); e os critérios que são pertinentes para identificar um dado género não são necessariamente os critérios que são relevantes para identificar um outro género.

Entre as escolas francesas indicadas, parece haver distinções em filigrana, que se refletem no uso preferencial de designações como “géneros de texto” ou “géneros textuais” (ISD) e “géneros do discurso”, “géneros de discurso” ou “géneros discursivos” (ATD e AD). Essas diferenças ficam camufladas quando os autores se servem da designação “género”.

A segunda questão inicialmente formulada foi a seguinte:

– em que se distinguem os géneros de outras categorias que designam classes de textos ou de segmentos textuais, como os tipos de texto (Werlich, 1983), os tipos de sequências textuais (Adam, 1992) ou os tipos de discurso (Maingueneau, 2014; Maingueneau e Cossuta, 1995)?

Relativamente a outras classificações, observou-se que é possível identificar pontos de contacto entre a classificação em géneros da LSF e as classificações em tipos de texto (Werlich, 1983) e de tipos de sequências textuais (Adam, 1992) – salientando-se que, neste caso, as classes dizem assumidamente respeito a segmentos que são, regra geral, de extensão inferior à de um texto completo. As três constituem classificações fechadas e eruditas. Além disso, há correspondências a nível conceptual que podem ser estabelecidas entre famílias de

gêneros e tipos de textos ou tipos de sequências.

Entre a classificação em gêneros dos restantes enquadramentos teóricos (ATD, AD e ISD) e os tipos de texto e os tipos de sequências textuais, não existe uma relação de proximidade conceptual. Mas elas podem ser usadas concomitantemente na análise textual. Dado que assentam em critérios diferentes (ou seja, dependem de critérios diferentes que incidem em dimensões distintas do objeto texto), pode-se identificar tipos de texto predominantes ou tipos de sequências que ocorrem no seio dos textos de cada género. Por exemplo, reconhece-se que os textos do género romance são predominantemente de tipo narrativo (pelo que incluem múltiplas sequências narrativas). Deste modo, o plano dos textos de um dado género é suscetível de ser analisado em função do tipo de texto predominante e/ou dos tipos sequenciais que integra. Tal exercício de análise é aplicável a muitos outros gêneros (eventualmente a todos), em particular, aos que se caracterizam por planos de texto mais convencionais.

Esta classificação em gêneros também difere da classificação em tipos de discurso (Maingueneau, 2014), pelo facto de se basear em critérios distintos. Todavia, também podem ser articuladas (e são-no frequentemente), de tal modo que sejam perspectivadas como uma classificação com dois níveis hierárquicos (Silva, 2019).

Dada a diversidade conceptual atestada em relação aos gêneros, as reflexões expostas configuram desejavelmente uma sistematização que permite (re)conhecer e caracterizar melhor o(s) conceito(s) de género, quer no(s) processo(s) de categorização subjacente(s), quer nos critérios adotados, quer nas classes previstas.

Referências

Adam, J.-M. (1992) *Les textes. Types et prototypes*. Paris: Nathan

Adam, J.-M. (1997) Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre. *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 75, fasc. 3, pp. 665-681

Adam, J.-M. (1999) *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan

Adam, J.-M. (2001) En finir avec les types de textes. In M. Ballabriga (ed.) *Analyse des discours. Types et genres: communication et interpretation*. Toulouse: EUS, pp. 25-43

Adam, J.-M. (2008) *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Paris: Armand Colin

Adam, J.-M. (2016) Les concepts de *textes, genres, discours* pour l'analyse textuelle des discours. In T. Gonzalo Santos, M. V. Rodríguez Navarro, A. T. González Hernández, e J. M. Pérez Velazco (Eds.). *Texto, género y discurso en el ámbito francófono*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 21-37

Adam, J.-M., e Heidmann, U. (2007) Six propositions pour l'étude de la généricité. *La Licorne* 79. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 21-34

Bakhtin, M. (1986 ^[1952-1953]) The problem of speech genres. *Speech genres & other late essays*. Austin, Texas: University of Texas Press, pp. 60-102

Barbeiro, L. F., Caels, F. e Quaresma, Â. (2019) Aprendizagens Essenciais de Português: Mapeamento de gêneros textuais e competências associadas. Comunicação apresentada durante o *II Encontro Internacional de Língua portuguesa e Relações Lusófonas*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança (17-19 de outubro de 2019)

Bawarshi, A. S., e Reiff, M. J. (2010) *Genre. An introduction to history, theory, research, and pedagogy*. West Lafayette: Parlor Press

Bazerman, Ch., et al. (2005) *Reference guide to Writing Across the Curriculum*. West Lafayette: Parlor Press/The WAC Clearing House

- Bazerman, Ch., Bonino, A., e Figueiredo, D. (Eds.) (2009) *Genre in a changing world. Perspectives on writing*. Fort Collins: The WAC Clearinghouse & Parlor Press
- Benveniste, E. (1966) Les relations de temps dans le verbe français. *Problèmes de linguistique générale*, vol. 1. Paris: Gallimard, pp. 237-250
- Bronckart, J.-P. (1997) *Activité langagière, textes et discours*. Paris: Delachaux et Niestlé
- Bronckart, J.-P. (2008) Genre de textes, types de discours et “degrés” de langue. *Texto!* vol. XIII (1). Disponível em: <http://www.revue-texto.net/index.php?id=86> (consultado em 22 de fevereiro de 2021).
- Buescu, H. C., et al. (2014) *Programa e Metas Curriculares de Português. Ensino Secundário*. Lisboa: MEC. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secunda-rio/Documentos/Documentos_Disciplinas_novo/programa_metas_curriculares_portugues_secundario.pdf> (consultado em 15 de dezembro de 2020)
- Buescu, H. C., et al. (2015) *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico*. Lisboa: MEC. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Portugues/pmcpeb_julho_2015.pdf> (consultado em 15 de dezembro de 2020)
- Chiss, J.-L., e Filliolet, J. (1987) La typologie des discours. *Langue française* 74, pp. 3-9
- Devitt, A. (2004) *Writing genres*. Carbondale: Southern Illinois University
- Dolz, J., e Gagnon, R. (2008) Le genre du texte, un outil didactique pour développer le langage oral et écrit. *Pratiques* 137-138, pp. 179-198. Disponível em: <http://pratiques.revues.org/1159> (consultado em 24 de fevereiro de 2021)
- Gouveia, C. A. M. (2014) A compreensão leitora como base instrumental do ensino da produção escrita. In W. R. Silva, J. S. dos Santos, e M. A. Melo (Eds.), *Pesquisas em Língua(gem) e Demandas do Ensino Básico*. São Paulo: Pontes, pp. 203-231
- Maingueneau, D. (2014) *Discours et analyse du discours*. Paris: Armand Colin
- Maingueneau, D., e Cossutta, F. (1995) L’analyse des discours constituants. *Langages* 117, pp. 112-125
- Miller, C. (1984) Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech* 70, pp. 151-167
- Miranda, F. (2010) *Textos e géneros em diálogo. Uma abordagem linguística da intertextualização*. Lisboa: FCG/FCT
- Petitjean, A. (1989) Les typologies textuelles. *Pratiques* 62, pp. 86-125
- Pita, S. (2016) *Ethos textual em intervenções políticas: estudo contrastivo de mensagens de final de ano portuguesas e brasileiras* (Tese de doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- Rastier, F. (1989) *Sens et textualité*, Paris, Hachette
- Rastier, F. (2001) *Arts et sciences du texte*. Paris, PUF
- Rose, D., e Martin, J. R. (2012) *Learning to write/Reading to learn. Genre, knowledge and pedagogy in the Sydney School*. Sheffield/Bristol: Equinox Publishing Ltd
- Schneuwly, B., e Dolz, J. (2004) *Géneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado das Letras
- Silva, P. N. (2012) *Tipologias textuais*. Coimbra: Almedina/CELGA
- Silva, P. N. (2015) Alguns contributos da linguística para a classificação dos textos literários. *Atas do 11.º Encontro Nacional da Associação de Professores de Português*. Lisboa: Associação de Professores de Português (CD-Rom). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/4514> (consultado em 22 de fevereiro de 2021)

Silva, P. N. (2019) Tipos de discurso e géneros: para uma abordagem didática integrada de duas classificações textuais. In A. Leal, F. Oliveira, F. Silva, I. M. Duarte, J. Veloso, P. Silvano, e S. V. Rodrigues (Org.). *A Linguística na Formação do Professor: Das teorias às práticas*. Porto: CLUP, pp. 225-240. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17954.pdf> (consultado em 22 de fevereiro de 2021)

Swales, J. (1990) *Genre analysis. English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press

Swales, J. (2004) *Research genres. Explorations and applications*. Cambridge: Cambridge University Press

Werlich, E. (1983) *A text grammar of English*, 2nd ed. Heidelberg: Quelle & Meyer

Teyssier, P. (2005) *A Língua de Gil Vicente*. Lisboa: IN-CM

Brugman, C. (2001) Light Verbs and polissemia. *Language Sciences* 23, pp.551-578